

Racializando a Língua de Eulália: a releitura de conceitos a partir do Sul Global

Racializing Eulalia's language: reviewing concepts from the Global South

Racializar la lengua de Eulália: revisando conceptos del Sur Global

Andressa Queiroz da Silva¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7082-7140>

Shelton Lima de Souza²

 <https://orcid.org/0000-0002-4735-8531>

RESUMO: O presente artigo objetivou produzir considerações acerca da obra “A Língua de Eulália: novela sociolinguística”, de autoria de Marcos Bagno (2006), no tocante às categorias analíticas Língua e Raça. Dito isso, após quase três décadas da publicação desse livro, torna-se necessário refletir sobre o não uso da categoria Raça como um elemento para caracterizar a personagem Eulália. Para isso, utilizamos como referencial teórico autores como Gonzalez (1988), Makoni e Meinhof (2006) e Nascimento (2019, 2022), além da perspectiva Raciolinguística de Rosa e Flores (2017). As características metodológicas deste estudo referem-se a uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, utilizadas para analisar a obra referida. Nessa perspectiva, algumas conclusões gerais mostraram que racializar a Língua de Eulália: novela sociolinguística, inserindo a categoria Raça no foco da discussão em relação à categoria Língua, a partir de perspectivas epistemológicas do Sul Global, pôde propiciar a construção de sentidos acerca das produções linguísticas da personagem Eulália, que poderia ser reconhecida como uma falante de “pretoguês” (Gonzalez, 1988), o qual defendemos tratar-se de usos de variedades do português faladas por pessoas negras no Brasil, resultantes de traços da história marcados pela escravização de povos africanos.

PALAVRAS-CHAVE: a língua de Eulália; raciolinguística; raça; língua.

ABSTRACT: This article aimed to produce considerations about the book “A Língua de Eulália: novela sociolinguística”, by Marcos Bagno (2006), with regard to the analytical categories of Language and Race. Almost three decades after the publication of this book, it is necessary to reflect on the non-use of the category Race as an element to describe the character Eulália. To do this, we used as theoretical reference authors such as Gonzalez

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras: linguagem e identidade, onde atualmente cursa o doutorado. Professora de Língua Portuguesa da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação – SEE/Ac. E-mail: andressa.queiroz@sou.ufac.br

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professor Associado Nível II de Estudos Linguísticos e Língua Portuguesa no Centro de Educação, Letras e Artes/CELA da Universidade Federal do Acre/Ufac. E-mail: shelton.souza@ufac.br

(1988), Makoni and Meinhof (2006) and Nascimento (2019, 2022), as well as the Raciolinguistic perspective of Rosa and Flores (2017). The methodological characteristics of this study refer to a qualitative approach of a bibliographical nature, used to analyze the aforementioned work. From this perspective, some general conclusions show that racializing Eulália's Language: a sociolinguistic novel, inserting the category Race into the focus of the discussion in relation to the category Language, from the epistemological perspectives of the Global South, could lead to the construction of meanings about the linguistic productions of the character Eulália, in which she could be recognized as a speaker of "pretoguês" (Gonzalez, 1988), which we argue are uses of varieties of Portuguese spoken by black people in Brazil, resulting from traces of history marked by the enslavement of African peoples.

KEYWORDS: a língua de Eulália; raciolinguistics; race; language.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo producir consideraciones sobre la obra "A Língua de Eulália: telenovela sociolinguística", de Marcos Bagno (2006), en relación a las categorías analíticas Lengua y Raza. Dicho esto, casi tres décadas después de la publicación de este libro, es necesario reflexionar sobre la no utilización de la categoría Raza como elemento importante para caracterización del personaje Eulália. Para eso, utilizamos como marco teórico autores como Gonzalez (1988), Makoni y Meinhof (2006) y Nascimento (2019, 2022), además de la perspectiva raciolingüística de Rosa y Flores (2017). Las características metodológicas de este estudio remiten a un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico, utilizado para analizar la obra mencionada. . Algunas conclusiones generales muestran que racializar "A língua de Eulália: novela sociolingüística", insertando la categoría Raza en el foco de la discusión en relación a la categoría Lengua, desde las perspectivas epistemológicas del Sur Global, podría proporcionar la construcción de significados sobre las producciones lingüísticas del personaje Eulália, la cual podría ser reconocida como hablante de "pretoguês" (Gonzalez, 1988), que defendemos como el uso de variedades del portugués hablado por negros en Brasil, resultantes de rasgos históricos marcados por la esclavización de los pueblos africanos.

PALABRAS CLAVE: a língua de Eulália; raciolingüística; raza; lengua.

Ponto de partida teórico-metodológico – A Língua de Eulália: novela sociolinguística e possíveis debates (não tão) contemporâneos

Rajagopalan (2004) afirma que a ciência é produzida por sujeitos em contextos sociohistóricos específicos. É nesse sentido que Rajagopalan discute a inviabilidade de se considerar os resultados da ciência como verdades universais. As abordagens científicas se modificam ao longo do tempo e determinadas acepções que outrora não eram consideradas relevantes podem se tornar a ser, ou o que é considerado "verdade", pode ser contestado ou passível de reavaliação em algum momento. Além disso, é importante destacar que nenhuma perspectiva

Entretextos, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



Licença CC BY 4.0

teórico-metodológica pode abranger vários aspectos de uma proposta de estudo, tendendo a resultados factuais, pontuais e, por isso, delimitados, carecendo de novas pesquisas e de novos pontos de vista sobre o mesmo “objeto”.

Dessa maneira, o presente trabalho é uma proposta de reflexão, a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, sobre práticas de linguagem que se consubstanciam no livro *A língua de Eulália: novela sociolinguística*³ de Marcos Bagno (2006), obra em que o autor discute questões em torno da produção de variedades linguísticas e sobre as ações sociais decorrentes do contato de variedades linguísticas estigmatizadas com variedades linguísticas prestigiadas (Bagno, 2002).

Os trabalhos de Bagno (2006, 2015) têm sido importantes para mostrar como o Linguicídio⁴ tem atuado na prática. Além disso, a partir dos mitos elencados em Bagno (2015)⁵, o autor define o conceito de preconceito linguístico como o que se dá por meio de “três elementos que são quatro” (Bagno, 2015, p. 116). De acordo com Bagno, a idealização da gramática tradicional induz a práticas pedagógicas tradicionais. Essa gramática promove a produção de livros e assim mantém um ciclo vicioso de preconceito linguístico; e o que o autor denomina de “comandos paragramaticais”, que são as manifestações produzidas por multimídias que ratificam e validam os mitos elencados anteriormente.

A partir desses apontamentos em relação à produção de Bagno, a proposta deste artigo é revisitar/reler a obra citada anteriormente a partir de olhares teóricos sobre a categoria língua advindas do chamado Sul Global, ou seja, a partir de intelectuais que produzem epistemologias desse ambientes, territórios, países subalternizados etc., cujas formas de pensamento foram descaracterizadas pela exploração de potências imperialistas e neocolonialistas, que passam/passaram por

³Doravante, usaremos o título Língua de Eulália por considerar que a obra é mais conhecida como tal do que por seu título completo.

⁴ Linguicídio é definido por Nascimento (2019) como o extermínio de uma língua a partir do conceito de epistemicídio, conceito esse resultante de uma perspectiva novecentista de ciência. Nascimento afirma que o termo Linguicídio já é usado por pesquisadores como Rajagopalan e Lynn Mário Menezes.

⁵ O português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente; brasileiro não sabe português/só em Portugal se fala bem português; português é muito difícil; as pessoas sem instrução falam tudo errado; o lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão; o certo é falar assim porque se escreve assim; é preciso saber gramática para falar e escrever bem; o domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social.

um processo de emancipação, como países das Américas não anglo-saxônicas, países dos continentes asiático e africano, por exemplo. Desse modo, a leitura que desenvolvemos da obra Língua de Eulália foi a partir dos seguintes autores e trabalhos: Lélia Gonzalez (1988), Steve Makoni e Ulrike Meinhof (2006), Gabriel Nascimento (2019, 2022) e Jonathan Rosa e Nelson Flores (2017).

Caracterizando a obra Língua de Eulália

O livro *A língua de Eulália*⁶ foi escrito pelo linguista brasileiro Marcos Bagno e publicado pela primeira vez em 1997. Além dessa obra, o autor tem um conjunto de produções conhecidas no Brasil em que se concentram reflexões a partir da relação linguagem e sociedade. Algumas dessas obras, dentre elas *Preconceito Linguístico* (Bagno, 2015), conhecida, inclusive, em espaços não acadêmicos e em ambientes acadêmicos não relacionados à área da Linguística, se relacionaram a diferentes discussões no âmbito linguístico-social, cujas práticas de linguagem produzidas por pessoas com traços socialmente estigmatizados tinham suas produções linguísticas desconsideradas em detrimento da norma padrão. As discussões desenvolvidas por Bagno não são novas, tendo em vista que são resultados dos trabalhos da chamada Sociolinguística, um ramo da Linguística surgido na segunda metade do séc. XX e que tinha como base de pesquisa mostrar que a fala (ou mais precisamente a língua em uso), diferentemente do que preconizava a tradição estruturalista (Saussure [1916], 2021), também era sistemática:

A Sociolinguística laboviana representou um ponto de ruptura no desenvolvimento histórico da pesquisa linguística em relação a concepções até então hegemônicas sobre a língua. [...] Ao colocar a variação na estrutura da língua, através de sua concepção de língua como um *sistema heterogêneo*, a teoria sociolinguística rompe com a dicotomia saussuriana, resgatando a atividade linguística concreta como objeto legítimo de investigação (Lucchesi, 2015, p. 32).

⁶ Para este trabalho, temos como base de reflexão a 15^a edição da obra publicada em 2006. Nessa versão, A Língua de Eulália tem 21 capítulos com diferentes subtítulos que acompanham a narrativa novelística contendo, assim como as outras edições, explicações teóricas sobre jargões do campo da Linguística e da Sociolinguística, tais como: norma-padrão, norma culta, variação linguística, dialetos, diferenças fonéticas, diferenças sintáticas, diferenças lexicais, diferenças semânticas e diferenças de uso da língua dentre outros.

No Brasil, o desenvolvimento da Sociolinguística, especificamente da vertente variacionista, se consolidou na segunda metade do século XX enquanto teoria e metodologia que buscava explicar os fenômenos linguísticos e sua relação com a sociedade. A referida vertente teórica se assentou de maneira significativa, o que influenciou, a partir dos anos de 1970, a mudança das grades curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação, especialmente no tocante aos referenciais teóricos para o ensino de línguas no Brasil (Silva, 2004b)

O fortalecimento do campo da Sociolinguística no país foi responsável pela constituição de pesquisadores preocupados com a relação linguagem e sociedade, sobretudo pelas diferenças linguísticas apresentadas em diferentes regiões do Brasil; dentre esses autores, Marcos Bagno.

O enredo de *A Língua de Eulália* se centra na história de três amigas que viajam à cidade de Atibaia, localizada no interior de São Paulo. Elas Sílvia, Emília e Vera são professoras do curso primário, atualmente chamado de Ensino Fundamental, no colégio São Paulo. A primeira, Silvia, tem 21 anos, estudante de Psicologia; a segunda, Emília, tem 19 anos, estudante de Pedagogia; e a última, Vera, 21 anos, é estudante de Letras. As três vão visitar a tia de Vera, Irene Maggio, professora universitária aposentada de Língua Portuguesa e Linguística e que mora em uma chácara. No local, as três personagens conhecem Eulália, que foi alfabetizada aos 40 anos pela própria Irene que montou em sua chácara um curso de alfabetização, sendo Eulália “[...] alfabetizada no português-padrão, mas [que] continua empregando, no dia a dia, a variedade não-padrão que é a ‘língua materna’ dela, usada pelas pessoas de sua família e de sua classe social” (Bagno, 2006, p. 31).

As amigas, durante a estadia, notam algumas diferenças entre as características de fala que usam e as de Eulália, ou seja, elas se dão conta do “português de Eulália” que, para elas, é repleto de desvios da norma-padrão, como “os problema, os fósforo, môio ingrês, percurá os hôme” (Bagno, 2006, p. 14). Irene, ao constatar que as suas três convidadas estavam, de alguma forma, menosprezando a forma como Eulália falava, fez o seguinte questionamento para elas: Quantas línguas se falam no Brasil? A partir disso, a história começa a se desenvolver entremeada com discussões teóricas produzidas nas áreas da

Entretextos, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



[Licença CC BY 4.0](#)

Linguística e mais especificamente da Sociolinguística.

O olhar da colonização sobre “Eulália”

O desenrolar da narrativa com as discussões teóricas levantadas e compartilhadas entre Irene, a sobrinha e as amigas se dão sem a presença de Eulália ou ainda sem questionar o que Eulália pensa sobre a sua língua e sua maneira de falar, revelando um cenário definido por Sinfree Makoni (Cristine [...], 2022)⁷ como “pensamento extrativista do norte global”, em que as atividades de linguagem produzidas por falantes subalternizados são informações e não conhecimentos/saberes/epistemologias, apesar de Irene falar que Eulália tenha conhecimento e sabedoria, sobretudo no que se refere a tratamentos construídos por meio de remédios medicinais caseiros. Contudo, os conhecimentos de Eulália são descaracterizados devido à maneira como fala e, dessa forma, as suas formas linguísticas são estereotipadas.

Os olhares de Silvia, Emília e Vera sobre Eulália e as formas como a representam, produzindo sentidos de exclusão e, por isso, subalternização, tem relação com o que Makoni e Pennycook (2015) apontam como procedimentos de ação colonial frente aos usos das línguas, tendo em vista que a colonização do que atualmente chamamos de Europa criou a “atitude de descoberta”⁸ que impôs categorias linguístico-sociais para definir povos, grupos, línguas e, desse modo, criou discursos de como essas categorias deveriam ser vistas:

Quando descrições de hegemonia linguística (direitos linguísticos, imperialismo linguístico e outros) reificam as línguas ao invés de considerarem os falantes, quando as línguas são desenvolvidas e promovidas sem a consideração dos falantes, e quando tudo isso é feito no interior de uma abordagem que objetifica e normatiza as línguas, então as línguas enquanto invenções estão sendo privilegiadas em detrimento de seus sujeitos. As descrições das línguas podem fragilizar os mesmos falantes a quem essas línguas são atribuídas (Makoni; Pennycook, 2015, p. 26).

⁷ Cristine [...], 2022.

⁸Makoni e Pennycook (2015) fazem referência ao conceito de Blommaert (1999).
Entretextos, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



Os colonizadores que tinham “estado lá”⁹ na África, no Oriente Médio, na Índia e na Ásia, elegeram-se também competentes para descrever e definir as línguas e considerar o que é dialeto, ignorando os aspectos culturais desses povos, tais como suas autodenominações e cosmovisões, sobretudo em um contexto histórico em que se celebra a “competência do analista” em detrimento da “competência dos informantes nativos” (Makoni; Pennycook, 2015, p. 13)¹⁰.

Nesse sentido, os conceitos de língua e de dialeto são definidos por relações de poder que operam a partir de uma perspectiva colonial, que passam a ser “ficções convenientes” (Makoni; Pennycook, 2015) e, portanto, invenções da modernidade criadas como um organismo que surge por si só “[...] como entidades separadas, distintas e nacionais pelo estado-nação europeu” (Makoni; Pennycook, 2015, p. 20-21).

Em relação a essa questão, Lucchesi (2015) afirma que existe uma imagem idealizada da língua portuguesa e que os preconceitos e mitificações criadas em torno da língua nos mostram a sua importância para a sociedade de classes. O autor afirma que para compreender a atual configuração estrutural da língua é imprescindível relacioná-la a um fenômeno sócio-histórico, tendo em vista que a estrutura sociolinguística do Brasil é resultado de uma “[...] rede de correlações que se estende da infraestrutura socioeconômica à superestrutura político-ideológica” (Lucchesi, 2015, p. 34).

Tanto Lucchesi (2015), quanto Bagno (2015) discutem a legitimação de uma variedade linguística que é socialmente prestigiada que se tornou uma forma de padrão em detrimento das outras variedades do português por questões que não são linguísticas, mas extralinguísticas (sociais, culturais, políticas e ideológicas). Bagno (2015) chega a afirmar que a denominada norma-padrão não faz parte da nossa língua, se entendermos por língua “[...] a atividade linguística real dos falantes em suas interações sociais” (Bagno, 2015, p. 14).

As questões levantadas por Bagno (2006, 2015) e Lucchesi (2015) são relevantes para mostrar que os falantes de línguas também são agentes de

⁹ Os autores fazem referência ao conceito de Said (1996) “ter estado lá” (It being there).

¹⁰ Makoni e Pennycook (2015, p. 27) denominam como “braços de imposição linguística” essas ações de “aprendizagem de língua, tradução, política e planejamento linguístico, testes de proficiência”.

mudança que não aceitam de maneira passiva a língua, que esta não é um espaço neutro, mas sim passível de resistência dos falantes, o que nos faz afirmar que o falante participa ativamente de sua formação linguístico-cultural. Além disso, ambos os pesquisadores elencam como categorias de análise sociabilidades e questões econômicas, ambas relevantes e significativas para compreender o português brasileiro. Entretanto, Bagno e Lucchesi escolhem (nas obras citadas) não racializar o debate da língua no país, ou seja, não indicam a questão racial como uma categoria importante para se discutir as relações linguísticas correntes em contexto brasileiro.

A relação língua e raça no Brasil: um debate ainda com muitas lacunas

Desde o final do século XIX, influenciados pelo pensamento científico, intelectuais brasileiros começaram a fazer a relação entre Língua e Raça no Brasil. Dentre os trabalhos oriundos dessas reflexões, podemos mencionar o de João Ribeiro, em que produz o verbete *Elemento Negro* (Elemento [...], 1987) no *Dicionário gramatical*; além de *Os africanos no Brasil* (1932), de Nina Rodrigues (2010), obra produzida entre 1890 e 1905; o livro de Renato Mendonça (2012) *A influência africana no português do Brasil* e *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, obra de Jacques Raimundo (1933).

Assim, podemos identificar que os pesquisadores, citados anteriormente, entendiam, de alguma forma, a presença das línguas africanas no Brasil, mesmo que de maneira hierarquizada em relação a variedades linguísticas prestigiadas, compreendendo a influência das línguas africanas no Brasil como um mal a ser combatido. Nessa perspectiva, outro cientista do período que refletiu sobre a relação entre língua e raça foi Joaquim Nabuco, que buscou legitimar o que considerava como a superioridade do português europeu, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras/ABL:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais *Entretextos*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



[Licença CC BY 4.0](#)

rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época [...] (ABL, 2024).

Observamos, conforme pode ser visto no parágrafo anterior e no excerto de Nabuco, como discursos acerca da língua foram racializados, entretanto, de maneira que hierarquizam e subalternizam as produções linguísticas que receberam influências dos falares de populações negras.

Mais contemporaneamente, há autores que analisam as influências de línguas africanas no português brasileiro, como: Carlos Vogt e Peter Fry com o livro de 1996 *Cafundó: a África no Brasil*, fruto de uma pesquisa realizada na comunidade de Cafundó, de São Paulo; Yeda Castro com a obra *Falares africanos na Bahia*, publicada em 2005; Sônia Queiroz (1988) com o livro *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*, oriundo da pesquisa da autora realizada na cidade de Tabatinga, em Minas Gerais e publicado em 2009; Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro (2009) com *O Português Afro-Brasileiro*, que resulta das pesquisas realizadas por diferentes autores em diversas localidades do Brasil, principalmente no nordeste do país, com variedades do português que afirmam ser oriundas da relação entre a língua portuguesa e variedades de línguas africanas; além dos trabalhos de Margarida Petter, que investiga aspectos intralingüísticos a nível fonológico, sintático e morfossintático (Fiorin; Petter, 2008; Petter, 2007, 2015) das influências de traços de línguas africanas no Brasil.

As produções acadêmicas de Silva (2004a) são importantes em relação à compreensão das influências das línguas africanas na produção linguístico-cultural brasileira, além disso a autora foi uma linguista que, conforme afirma Souza Neto (2021a), não fez pesquisas relacionadas à Raça e Língua, mas que suas investigações são norteadoras da reflexão sobre a realidade multifacetada da história da Língua Portuguesa no Brasil. Silva (2004a) elencaram os aspectos sócio-históricos que afirmam serem importantes para compreensão da influência das línguas africanas sobre o português brasileiro, sendo eles: a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX; a mobilidade populacional dos africanos e

Entretextos, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



[Licença CC BY 4.0](#)

afro-descendentes do Brasil colonial e pós-colonial; a escolarização ou a ausência de educação formal entre os séculos XVI e XIX; e as reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX.

A demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX refere-se aos dados dos censos realizados, cujo fator demográfico diz respeito ao quantitativo populacional. Os percentuais coletados por Mussa (1991) realizam um apanhado geral do percentual da composição étnica do território brasileiros entre os anos de 1583 e 1890:

Tabela 1 – População brasileira por raça/cor de 1583 a 1890

ETNIA	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163).

A partir dos dados, é possível verificar que a população brasileira, nos censos realizados nos anos de 1601-1700 e 1701-1800, apresenta um aumento crescente do número de africanos em sua composição populacional, ocorrendo uma redução nos anos de 1851-1890 e nos anos de 1851-1890 em consequência das leis que impediam o tráfico de pessoas escravizadas. Assim, podemos perceber que a população negra se configura como a maioria população brasileira a partir do século XVII, somando negros brasileiros e africanos e sujeitos oriundos das inter-relações entre pessoas de diferentes raças. Dessa maneira, inferimos que, como a maioria da população era formada por falantes de línguas africanas, essa grande parcela da população foi obrigada a aprender a língua do colonizador a partir do que Bonvini e Petter (2008) chamaram de processo de transmissão de linguística irregular.

A mobilidade populacional dos africanos e dos afro-brasileiros no Brasil está intrinsecamente relacionada com os ciclos econômicos do país, sendo que, para cada produto explorado e o local geográfico desses produtos, ocorria a mobilidade da população, principalmente negra, para serem exploradas e, dessa maneira,

ocorria a propagação da língua no território brasileiro. Assim, como a população negra era parte considerável da população brasileira entre os séculos XVI e a primeira metade do século XIX, esses foram os principais protagonistas na difusão do português. O quadro a seguir mostra o deslocamento populacional a partir dos ciclos econômicos e dos locais de produção econômica na época:

Quadro 1 – Mobilidade populacional e ciclos econômicos

Período	Local geográfico	Produto explorado
Séculos XVI e XVII	Capitanias litorâneas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro	Cana-de-açúcar
Séculos XVII e XVIII	Interior de São Paulo e no centro e centro-oeste do Brasil	Mineração de ouro e de diamantes
Século XVIII e XIX	Rio de Janeiro e São Paulo	Novo impulso açucareiro
Século XIX	Vale do rio Paraíba do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; Maranhão e Amazônia.	Café; algodão e fumo; e exploração de especiarias

Fonte: Silva; Apontes (2020), adaptado de Silva (2004a).

Outro fator importante para explicar as influências sobre a formação do português brasileiro é a escolarização ou a ausência de educação formal entre os séculos XVI e XIX, discutidos por Lucchesi (2015) e por Bagno (2015). Como abordado anteriormente, os africanos aprenderam o português brasileiro sem qualquer tipo de normatização, através da transmissão irregular, isso porque não havia um amplo acesso à escolarização, tendo em vista que os escravizados e os ex-escravizados eram proibidos de acessar a educação formal. Nos dados discutidos por Silva (2004a), no século XVII apenas 0,5% da população era “letrada”; em 1872 a população com idade entre 06 e 15 que frequentava a escola era de apenas 16,8%; em 1890 e 1920 a população que tinha concluído o ensino secundário era de apenas 20%; e nos anos de 1990 apenas 10% da população brasileira havia concluído o Ensino Superior. A partir dos dados, observamos que a falta de escolarização e o maior contingente populacional formado por negros africanos e/ou afro-brasileiros faz com que predomine no país o que é chamado de “português popular” ou a “variante estigmatizada”, ou ainda o “português coloquial/informal”.

As reconfigurações socioculturais, políticas e linguísticas ao longo do século XIX que aconteceram no Brasil, por meio das Leis Pombalinas de 1757, passaram a *Entretextos*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



[Licença CC BY 4.0](#)

obrigar o uso da Língua Portuguesa no território brasileiro e nas instituições de ensino formal; a transferência de cerca de 15 mil portugueses da capital do Reino Unido de Lisboa para o Rio de Janeiro no século XIX, que sucede o processo de relusitanização (Silva, 2004a), reafirma o modo de falar desse grupo escolarizado que falava o português, tornando-se assim a variedade de fala padrão, além do aumento da escolarização no século XIX e também do uso da imprensa, corroborando com a difusão de documentos literários e não literários que eram consumidos por uma pequena elite letrada que poderia adquiri-los.

Considerando a relação entre as variedades de línguas africanas e as variedades do português produzidas por escravizados e por seus descendentes, consideramos, neste trabalho, que a produção linguística de Eulália é resultante de um processo de formação de variedades do português que se sucede a partir de traços históricos ocorrentes no Brasil, o que permite – embora Bagno, o criador de Eulália, não o faça – um olhar racializado sobre a personagem em tela.

Racializando a Língua de Eulália

Neste trabalho, focamos nos aspectos extralinguísticos que corroboram a influência de línguas africanas sobre o português brasileiro, que, na visão de Gonzalez (1988), poderia ser chamado de “pretoguês”:

[...] aquilo que chamo de ‘pretoguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe) (Gonzalez, 1988, p. 70).

As marcas de africanização na língua citadas por Gonzalez (1988) podem ser percebidas nas formas linguísticas citadas por Eulália e observadas pelas outras personagens e que, nesse sentido, podem levar à ideia de que Eulália é falante de “pretoguês”.

Por racializar o debate da língua, queremos incluir a raça como categoria de análise. Raça é compreendida, neste estudo, como uma construção social, histórica, *Entretextos*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



[Licença CC BY 4.0](#)

cultural e política (Munanga, 2019). Dessa maneira, quando Nascimento (2022) nos questiona se devemos racializar a Linguística ou questionar o verbo racializar, ele problematiza o que essa ação traz para as “[...] práticas linguísticas que evidenciam o racismo explícito ou implícito desde a sua forma disseminada no texto até as práticas que lhe rodeiam” (Nascimento, 2022, p. 7303), ou ainda, racializar pode ser compreendido como o

[...] uso de atributos raciais para explicar fatos, relações e identidades sociais, atribuindo sentido e valor a gestos, falas e pessoas”; enquanto a desracialização é ‘o apagamento de traços raciais como elementos constitutivos de uma ou várias identidades, e de relações sociais no geral’ (Nascimento; Windle, 2022, p. 317).

Nascimento (2019), a partir de Fanon (2008), afirma que a língua pode ser compreendida como uma zona do não-ser para as pessoas negras, que, devido a construções discursivas coloniais, são vistas como sujeitos sem-língua, ou que a “não dominam”, utilizando-a de maneira precária, como no caso de Eulália. Nesse sentido, para (2022), a Linguística ainda é um campo científico que, historicamente, é majoritariamente branco, masculino, heteronormativo, cisgênero e eurocêntrico e/ou estadunidense. Para Nascimento (2022) e Souza Neto (2021b) muitas pesquisas linguísticas ainda partem desse lócus de enunciação¹¹, em que pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ são vistas apenas como objetos de pesquisa (Souza; Santos; Philippson, 2024, Silva; Souza, 2022). Assim, racializar a Linguística está relacionada também com identificar o lócus de enunciação de teóricos que escrevem *sobre* e não *com*.

¹¹ Lócus de enunciação é definido por Nascimento (2021) como um pensar fronteiriço a partir de Beveniste juntamente com Mignolo e Glória Anzaldúa e objetiva “[...] marcar o não-marcado e trazer o corpo de volta”. Assim, como afirmam Makoni e Meinhof, as sociedades precisam criar percepções sobre a língua “de baixo para cima”; é necessário levar em “consideração as ‘histórias’ das pessoas ‘leigas’ sobre o que elas falam, suas crenças sobre o que acham que falam, como elas acham que devem falar” (Makoni; Meinhof, 2006, p. 209). Bonfim, Silva e Silva (2021) asseguram que a noção de língua e linguagem também deve ser levada em consideração quando pensamos na questão das relações de poder e hierarquização das sociedades que foram e são influenciadas pela colonialidade do ser, poder e saber (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019). Esses autores, apoiados no conceito de Grosfoguel (2009, p. 386) de corpo-geopolítica, que explica que “falamos sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder”, reiteram que falamos de uma determinada perspectiva, temos um *lócus de enunciação*, e todo conhecimento produzido também enuncia de um determinado lócus; por isso nossos usos linguísticos localizam/demarcam “[...] a inextricável conexão entre o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador” (Bonfim; Silva; Silva, 2021, p. 43).

Ramos (1995), define o “escrever sobre” como os estudos relacionados a pessoas negras, o “negro-tema” e o “escrever com” como negro-vida, sendo o “escrever sobre” o termo dado por Guerreiro Ramos para intitular trabalhos em que pessoas brancas escrevem *sobre* as populações negras e o “negro-tema” e o “escrever com” os termos para fazer referência às produções, sobretudo acadêmicas, de pessoas negras em que escrevem sobre si e “com os seus”, uma vez que suas escritas promovem traços de discursos de coletividade e de ancestralidades:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como **tema**, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelamento perpetrado por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como **vida** ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção (Ramos, 1995, p. 215).

Essa desidentificação nas pesquisas linguísticas reproduz a lógica do branco como ser universal e, portanto, desracializado, pois é tido como padrão de humanidade e sendo necessário que apenas o outro seja racializado. Assim, Nascimento (2022, p. 7307) retifica que “[...] marcar o não marcado, mais do que apenas racializar, [...] é marcar o lócus de enunciação de cada uso ou autor que fazemos. [...] racializar nesse sentido é retomar a localização do corpo branco no discurso”. Dessa maneira, a afirmação de Nascimento nos instigou a revisitar a obra *A língua de Eulália*, inserindo a Raça como categoria, a partir da abordagem Raciolinguística:

Uma perspectiva *raciolinguística* busca compreender a interação entre linguagem e raça dentro da produção histórica da governabilidade do Estado-nação/colônia e os modos pelos quais as distinções coloniais dentro e entre fronteiras de estados-nação continuam a moldar formações linguísticas e raciais contemporâneas (Rosa; Flores, 2017, p. 3 *apud* Nascimento, 2019, p. 104).

Rosa e Flores (2017), ao abordarem a questão da raça e da língua, afirmam que a língua foi/é usada como uma forma de dominação colonial a partir de políticas linguísticas que contribuem para um branqueamento da língua. De acordo com

Nascimento (2019, p. 51), “[...] forçar um pensamento de normatização linguístico é forçar um pensamento de racialização por intermédio da língua”, dessa maneira, a imposição de uma norma-padrão, considerada a culta, a partir de práticas pedagógicas, livros didáticos, gramáticas tradicionais e comandos paragramaticais (Bagno, 2015) é uma forma de branquear, a partir da língua, a população não-branca e que diverge dessa norma-padrão ‘embranquecida’. Para além do preconceito linguístico, interseccionando Língua com Raça, o conceito de Racismo linguístico é importante, considerado que é

[...] aquele através da língua, que se difere do racismo “pela” língua porque é fomentado nas chamadas políticas linguísticas, que são, na maioria das vezes, políticas diretas ou indiretas do Estado que selecionam os falares de povos brancos como mais adequados e dignos de serem falados ou ensinados (Nascimento, 2021, p. 10).

Dessa maneira, a normatização linguística que ratifica e naturaliza uma variedade da língua como a “mais correta” está relacionada com o modo de falar dos brancos que se conecta às línguas que são escolhidas para serem ensinadas como segundas línguas ou línguas estrangeiras (entre outras nomenclaturas utilizadas nos contextos de inter-relações entre línguas).

Além disso, faz-se importante questionar o conceito de língua. Língua não é um dado da natureza, mas uma construção social resultante de intervenções culturais, sociais e históricas, sendo uma criação dos sujeitos – em meio a relações de poder – e tal qual atende a interesses ao ser produzida, ensinada e imposta, assim como o processo de construção do Estado brasileiro e a Língua Portuguesa como língua oficial, um projeto de nação colonial¹².

As contribuições de Bagno aos debates a partir das representações sociais sobre as variedades linguísticas, por ele chamadas de estigmatizadas (Bagno, 2002), foram importantes, sobretudo no que se refere à desconstrução do mito da homogeneidade linguística do Brasil e a promoção de uma certa abertura da diversidade linguística em ambientes acadêmicos, escolares e não acadêmicos.

¹² Makoni e Meinhof (2006), ao fazerem referência às realidades do continente africano, abordam a questão da colonialidade e o papel que o letramento teve para compreensão dos significados que os africanos tinham sobre as próprias línguas, mas também sobre as outras línguas, uma vez que as formas de compreensão das línguas são resultados do colonialismo.

Contudo, apesar da influência de Bagno, que é inegável na Linguística brasileira, consideramos que esse autor, pelo menos no que se refere à obra *A Língua de Eulália*, não racializa o lócus de enunciação de Eulália, ou seja, não há uma reflexão mais profícua sobre os traços sociais que caracterizam a personagem e que, por conseguinte, a fizeram ser intitulada como “mal falante de português” ou “nem falante de português”.

Ao descrever aspectos relacionados a formas de poder que construíram a ideia de norma-padrão da língua portuguesa e de seu uso no Brasil e discutir as relações advindas entre as classes sociais, bem como as diferenças de escolaridade existentes entre sujeitos em um país com sérios problemas educacionais¹³ Bagno não leva em consideração os fatores sócio-históricos importantes que influenciam a produção linguística de Eulália e desconsidera a influência de línguas africanas e de línguas indígenas sobre a produção linguística de Eulália. Nesse sentido, a personagem Irene assegura que “[...] recorrer à história da língua é uma tentativa que faz para mostrar que a língua portuguesa, em todas as suas variedades, continua em transformação, mudando, caminhando para as formas que terá daqui a algum tempo” (Bagno, 2015, p. 35). Entretanto, ao abordar aspectos dessa história, a referência é feita somente ao latim, indicando as semelhanças da língua portuguesa com outras línguas como o Francês e o Espanhol e cita a obra de Camões *Os Lusíadas* para mostrar palavras do português arcaico que são faladas cotidianamente e consideradas “erradas”, privilegiando indicações europeias.

Ainda em relação a referências históricas para a formação do português falado no Brasil, é somente no capítulo *Índio, sim com muito orgulho* em que *A Língua de Eulália* faz referência ao uso do pronome “mim” como sujeito de verbos no infinitivo que os povos originários brasileiros são citados. Contudo, contrariamente ao que se espera do capítulo, não há indicação sobre a influência das línguas

¹³ Lucchesi (2015) afirma que a escolha por uma determinada variante de prestígio social ocorreu em consequência da industrialização e da urbanização tardia do Brasil, a partir de 1930. Durante o processo de industrialização, não ocorreu um processo de difusão da variante de prestígio de maneira igual e de acesso para todos os brasileiros. O processo de desenvolvimento de um capitalismo tardio no Brasil fez com que “[...] a difusão tardia da norma culta fosse muito restrita, quando não precária” (Lucchesi, 2015, p. 35). Dessa maneira, em um país socialmente estratificado sucede o que Lucchesi chama de “polarização sociolinguística do Brasil”, em que existe uma norma que é socialmente aceita, a da elite, e uma marginalizada e não aceita, a da população mais pobre.

indígenas na formação do português.

Considerações Finais

Não é tarefa fácil rever/reler uma obra já consolidada em uma área e tecer considerações sobre ela. Contudo, como afirma Rajagopalan (2004), a ciência muda e diante das mudanças advindas da visibilização de grupos até então invisíveis, como as populações negras, tornou-se indispensável levar em consideração o que os próprios falantes e sujeitos de pesquisa que estão localizados no Sul Global produzem intelectualmente e pensam sobre sua língua.

Na releitura de *A língua de Eulália*, destacamos as afirmações que, de maneira importante, afirmavam que Eulália era falante de uma norma não-padrão da Língua Portuguesa. Entretanto, observamos que o “pensamento extrativista do norte global” (Cristine [...], 2022) na obra caracteriza Eulália enquanto falante/informante, mas não uma representante de uma variedade do português que tem influências de línguas africanas, um dos pilares das produções culturais construídas no Brasil.

Além disso, a referida personagem tem parte de seu lócus de enunciação marcado, sendo descrita como uma mulher que trabalhou no serviço doméstico desde a infância e foi tardivamente alfabetizada e, assim, falante de variedades estigmatizadas do português.

Nesse sentido, e a partir da perspectiva da Raciolinguística, Eulália, embora não tenha sido compreendida por meio de processos de racialização, é uma mulher falante de português com influências de línguas africanas com base em pesquisas que indicam a inter-relação dessas línguas com o português brasileiro. Assim, dentre fatores linguísticos e extralinguísticos como os abordados ao longo deste artigo, Eulália poderia ser considerada uma falante de “pretoguês” e, como tal, poderia ter sido reconhecida.

Referências

ABL – ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Perfil do acadêmico*: Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro: ABL, [2024]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-deposse>. Acesso *Entretextos*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 152-172, 2025.



[Licença CC BY 4.0](#)

em: 2 jan. 2023.

BAGNO, M. *A língua de Eulália*: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso*: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BLOMMAERT, J. (ed.). *Language ideological debates*. New York: Mouton de Gruyter, 1999. (Language, Power and Social Process; 2).

BONFIM, M. A. L.; SILVA, F. E. W. M.; SILVA, M. E. Por uma epistemologia decolonial em perspectiva afrodiáspórica e contra-colonial na linguística aplicada brasileira. *Línguas e Letras*, Cascavel, v. 22, n. 52, p. 1981-4755, ago. 2021. DOI: 10.5935/1981-4755.20200030.

BONVINI, E.; PETTER, M. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (org.). *África no Brasil*: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

CRISTINE Severo entrevista Sinfree Makoni. Fortaleza: ALAB, 2022. 1 video (34 min 50 s). Publicado pelo canal: ALAB - Associação de Linguística Aplicada do Brasil. Disponível em: <https://youtu.be/XSRiimB4cV8?si=twDk4IKKO-tbZOpc>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ELEMENTO negro. In: RIBEIRO, J. (Comp.). *Dicionário gramatical*. Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1897.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. (org.). *África no Brasil*: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-ameficanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

GROSFOGUEL, R. Para decolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. de S.; MENESSES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 383-417.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *Português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: LOPES, L. P. M. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 191-213.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Desinventando e (re)constituindo línguas. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 9-34, ago./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p9>.

MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

MUNANGA, K. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NASCIMENTO, G. “Racializar” a linguística ou questionar o verbo “racializar”? *Forum Linguístico*, Florianópolis, v. 19, p. 7299-7310, fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2022.e84761>.

NASCIMENTO, G. Racismo linguístico é sobre palavra?: um prefácio. *Língu@ Nostr@*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 3-15, jan./jul. 2021. DOI 10.29327/232521.8.1-2.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, G.; WINDLE, J. A (des)racialização de pesquisadores como estratégia de luta: rumo a uma linguística aplicada antirracista. In: MELO, G. C. V.; JESUS, D. M. (org.). *Linguística aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. v. 1, p. 316-342.

PETTER, M. (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, M. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, São Paulo, v. 17, p. 9-19, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002340587>. Acesso em: 2 jan. 2023.

QUEIROZ, S. M. M. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

RAIMUNDO, J. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica a sociologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 171-192

RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROSA, J.; FLORES, N. *Unsettling race and language: toward a raciolinguistic perspective*. *Language in Society*, Cambridge, v. 46, n. 5, p. 621-647, 2017.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021.

SAID, E. W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SILVA, A. Q.; APONTES, S. A. O pretoguês e a ancestralidade africana no Brasil: uma análise de Canto II, da obra “O Canto dos Escravos”. *Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 78, p. 189-206, set./dez. 2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/78/12.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

SILVA, A. Q.; SOUZA, S. L. de. Usos linguísticos e produções de essencialismos na caracterização de personagens: uma análise da obra Rei Negro, de Coelho Neto. In: OLIVEIRA, G. C. de A. (org.). *Decolonialidade: pontos e contrapontos na educação linguística crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SILVA, R. V. M. e. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

SILVA, R. V. M. e. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2004b. p. 291-316.

SOUZA, S. L. de; SANTOS, L. I. S.; PHILIPPSEN, N. I.. Do infortúnio selvagem às multiplicidades de gentes: linguagens sobre as Amazôncias. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, [S. I.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.29327/210932.12.1-1. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/7788>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SOUZA NETO, M. Meu diálogo constante com Rosa Virgínia Mattos e Silva: breves apontamentos de raça, racismo e antirracismo no ensino da língua portuguesa no Brasil. In: SOUZA, H. F. C.; GOMES, L. H. A. (org.). *Escritos para a língua portuguesa*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021a. p. 43-62.

SOUZA NETO, M. Por que pensar hoje em uma educação linguística antirracista?: limites, tensões e possibilidades. *Revista Paraguaçu – Estudos Linguísticos e Literários*, Amargosa, v. 1, n. 1, p. 168-191, ago. 2021b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1p6yzO_AsPH9r4Ko-IJZi7Uq2s4aIVQ76/view. Acesso em: 2 jan. 2023.

Recebido em: 28 out. 2024.
Aprovado em: 28 mar. 2025.
Publicado em: 07 jul. 2025.

Revisor(a) de língua portuguesa: Felipe Rodrigues da Silva

Revisor(a) de língua inglesa: Lucas Ricci Pereira de Andrade

Revisora de língua espanhola: Milena Patricia de Lima